

h
atp

Reunião Ordinária – Ata nº 02/2013

Data – 2013-01-21

Início – 14.40 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta: Não esteve presente na reunião, o vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 18-01-2013:

a) Dotações Orçamentais €4.423.654,98
b) Dotações não Orçamentais €37.166,90

Total das Disponibilidades €4.460.821,88



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e quarenta minutos.

Foi aprovada, unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por fazer o ponto da situação, relativamente ao tipo de ocorrências que aconteceram no concelho de Abrantes, provocadas pelo mau tempo, que se fez sentir no passado fim de semana. Lamentou o falecimento de uma pessoa residente em Carreira do Mato.



Nº 38 – A Presidente da Câmara apresentou a informação nº 05 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 14 de janeiro de 2013, acerca da empreitada de Construção do Mercado Municipal de Abrantes – segurança, proteção e vedação da obra e sinalização temporária do trânsito.

Dada a urgência de que este assunto se reveste, sugere a seguinte tramitação processual:

1.Quanto à vedação e segurança e proteção da obra, que seja dado conhecimento da informação supramencionada à Divisão de Manutenção e Transportes, no sentido de diligenciar a execução dos trabalhos descritos nos 1º parágrafo, alíneas a) a h), e o reforço da vedação da obra, bem como a reposição das camadas do pavimento na zona das valas de ligação do coletor residual doméstico e pluvial, posteriormente à limpeza da obra e retirada da grua pelo empreiteiro e previamente à execução da vedação proposta pelo Coordenador de Segurança e Saúde em obra;

2.Quanto à segurança da obra, do tráfego rodoviário e pedonal, que seja dado conhecimento da informação supramencionada à Divisão de Serviços Urbanos, área de intervenção de Trânsito e Transportes Públicos, no sentido de diligenciar a colocação do equipamento e da sinalização temporária descritos no 4º parágrafo, e de se pronunciar e apresentar outras medidas que eventualmente considere necessárias face à situação relatada. No que concerne ao contrato de fornecimento de energia elétrica, refere que dada a precariedade das condições de segurança, com o aval do Sr. Vice-Presidente e Vereador Valamatos, a instalação elétrica associada ao contrato de obras em nome do empreiteiro no local acima mencionado, foi desligada pelo município em 16 p.p., na caixa de chegada, dentro do espaço vedado, continuando em serviço o ramal de fornecimento de energia pertencente ao empreiteiro, o qual, tem origem num armário de distribuição da EDP. O referido cabo não pode ser desligado pelo município, considerando que não lhe pertence e que o titular do contrato é o empreiteiro. Deste modo, deverá ser ponderado, se é realmente necessária energia elétrica no local até ao reinício da obra. Caso se prescinda da energia elétrica no local deverá contactar-se o empreiteiro para cancelar o contrato. Caso o contato não seja feito, provavelmente o local ficará sem energia por falta de pagamento à EDP, dada a situação económica do empreiteiro.

Reitera que "A opção por celebrar um contrato de obras em nome do município para este local não é aconselhável, considerando o estado de abandono da obra e a facilidade no acesso a pessoas estranhas ao local, correndo-se sério risco de pessoas

Pl
C

estranhas à obra sofrerem acidentes (muito comuns por tentativa de furto de cabos elétricos com a finalidade de vender o cobre)." Sendo as eventuais visitas à obra sempre acompanhadas por técnicos da câmara, sugere-se a utilização de lanternas caso necessário.

Informa ainda, que a signatária deu conhecimento do referido no ponto 4 (no que respeita à grua e limpeza do estaleiro) da informação supramencionada ao adjudicatário e à Fiscalização da obra através de e-mail de 14.01.2013, para diligenciar junto do empreiteiro a resolução das situações aí relatadas, o qual dispõe de um prazo máximo de 30 dias, a contar da data de outorga do Acordo de Revogação de Contrato para "desmontar todos os equipamentos que colocou na zona de intervenção da obra, incluindo estaleiro...", conforme cláusula 5ª. - 104642

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar os procedimentos sugeridos na referida informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, com os condicionamentos propostos na informação técnica do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 18 de janeiro de 2013.



Deu conhecimento de uma informação da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 17 de janeiro de 2013, referindo que, na sequência da promulgação da Lei sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, que implica a extinção de 1165 Juntas em todo o país, aquela Associação enfatiza e reitera as decisões assumidas colegialmente em Congresso Nacional de firme oposição a todo o processo aqui conducente, reafirmando que a Lei em apreço não respeita a Autonomia do Poder Local e a vontade das populações, cabendo tal decisão às Assembleias Municipais respetivas.

Tomado conhecimento.



Apresentou o seguinte memorando sobre a RPP Solar:

"I - O compromisso do Município de Abrantes com o projeto e relacionamento com a Empresa RPPSOLAR pode sintetizar-se nos seguintes pontos:

- A venda do terreno de Concavada a RPP Solar operada pela escritura de venda exarada em 1/10/2009 foi condicionada à verificação do pressuposto do investimento se realizar. Com efeito, na Assembleia Municipal de 17/7/2009, entre outra documentação inclusive com intervenção de peritos científicos, foi apresentado protocolo onde se previa nomeadamente que "tendo em conta os pressupostos (o que a empresa se propõe oferecer) o Município assume compromissos". A própria escritura*

Ata da reunião de 21 de janeiro de 2013

Al
Cat

exara, entre as declarações de RPP SOLAR – Energias Solares, SA, que aceita a compra, destinando-se o prédio adquirido " à instalação do Projeto Integrado de Energias Solares, genericamente identificado no mencionado protocolo".

- O apoio do Município foi, pois, condicional, no pressuposto da instalação efetiva das unidades industriais, cuja recalendarização e pressuposto foi reafirmado na reunião da Câmara Municipal de 15 de Setembro de 2011.

-As propostas de venda do terreno, incluindo as condições do protocolo foram aprovadas por unanimidade, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal.

- O Município acompanhou também o interesse que o empreendimento suscitou ao nível da Administração Central, nomeadamente o reconhecimento de estatuto PIN à candidatura 185 de RPP solar, por ofício da AICEP dirigido à Empresa em 15/9/2009.

- Perante o atraso do projeto, em 11/7/2011, foi tomada deliberação pela Câmara Municipal no sentido de ser declarada a caducidade do licenciamento titulada pelo alvará nº 177/09 de 09/11/2009, relativo ao processo 336/2009, em nome de RPP Solar — Energias Solares, S.A. pela não conclusão das obras objeto de licenciamento no prazo fixado no mesmo.

-RPP Solar — Energias Solares, S.A. veio por fax de 23/08/2011, solicitar prorrogação do prazo de audiência prévia para poder apresentar comprovativos de financiamento, apresentando desde logo, recalendarização dos trabalhos ainda por executar (trabalhos de acabamento e arranjos exteriores).

- Em face da exposição, submetida a análise técnica, deliberou a Câmara Municipal em 15/9/2011, por unanimidade, não declarar a caducidade do licenciamento, prevista nas alíneas b) e d) do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e conceder o prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos referenciados.

Mais se deliberou aceitar, no âmbito do pressuposto dos apoios concedidos, a calendarização da instalação efetiva das unidades industriais considerada na exposição da RPP Solar."

-RPP Solar recebeu a notificação a 21 de Outubro passado

- Na ata da CMA de 14/11/2011 consta que foi dado conhecimento à CMA de fax enviado pela Administração de RPP Solar- Energias Solares, SA a informar que tomaram nota do prazo concedido para a conclusão das obras referentes ao processo nº 09000336 e que irão dar seguimento às mesmas.

Fora-lhe concedido o prazo de 60 dias para conclusão das obras.

II – Garantia do processo de instalação

Entretanto, verificando-se que os prazos foram ultrapassados e que a AICEP denunciou o contrato de reconhecimento do projeto como PIN a Presidente da Câmara convocou a Administração de RPP Solar para reunião em 20/8/2012.

Be
W

A- Na sequência da Reunião, foi remetido ao investidor modelo de garantia, que deveria apresentar até 17/9/2012.

B - O empresário, em 13/9/2012, veio: 1) solicitar a extensão do prazo para a apresentação da respetiva garantia, "ate ao dia 15 do próximo mês, pois a Instituição Bancária não consegue dar-nos a garantia neste curto de prazo de tempo";

2) Informar que o prazo solicitado na minuta, não se coaduna com o n/ entendimento, ou seja, a garantia seria pelo prazo ate ao início da produção; " Face ao exposto não nos é possível aceitar o prazo sugerido, devido aos custos e a imobilização do capital".

C- Em resposta ` exposição apresentada pela RPP Solar — Energias Solares, S.A., datada de 13/09/2012, a Camara Municipal, em reunião realizada a 17/09/2012 deliberou o seguinte:

"a)Ativar a comissão técnica de acompanhamento por parte da Camara Municipal, constituída por um elemento técnico e um jurista, com início de funções a partir da presente data. Para esse efeito, convoca-se desde já o promotor, para uma reunião com a referida comissão técnica de acompanhamento, no dia 20/09/2012, pelas 15h, nas instalações da Câmara Municipal.

b) Aceitar a apresentação de garantia bancária no valor de 1.136.414,00€, com período de validade mínima até 31/03/2013, devendo o promotor, até esta data, tornar livre de todos os ónus e encargos que recaírem sobre o terreno. Igualmente até 31/03/2013, a Câmara Municipal e Assembleia Municipal irão deliberar sobre a definição das condições para conclusão do investimento a inscrever no registo predial, que ora são consideradas condições de cumprimento.

c) Informar de que em caso de incumprimento, por parte do promotor, quanto à data de início de laboração ate final de Janeiro de 2013, nas condicionantes que o próprio apresentou (com laboração de pelo menos 300 trabalhadores) a Câmara acionará a garantia bancária, declarando forçosamente a caducidade do procedimento administrativo.

d) Informar por último, que se autoriza a prorrogação da entrega da garantia bancaria até ao dia 15/10/2012, sublinhando-se que se trata da ultima prorrogação de prazo e condições que a Câmara Municipal concede com vista a prossecução do investimento, considerando o carácter contraditório entre a informação prestada pelo promotor no âmbito do processo e os indícios de andamento do mesmo.

III- Proposta de aquisição Adenda ao Protocolo

A - RPP Solar, em resposta à exigência de garantia, por carta entrada a 15/10/2012, propõe pagamento do valor que a CMA suportou com a aquisição dos terrenos. Apresentou também cronograma de execução dos trabalhos.

B - Submetida a questão ao Dr. Montalvo, a mesma mereceu a seguinte nota, (por impossibilidade momentânea de dar parecer mais completo), sendo de opinião de:

- Não declaração de caducidade do alvará municipal relativo à obra de RRR Solar;
- Aceitação da proposta de pagamento do terreno pela RPP Solar;

Cl
OK

- Aceitação da emissão imediata do cheque correspondente, como forma de garantia dos direitos do Município, ficando o seu levantamento condicionado à deliberação da Assembleia Municipal.

C- Na sequência foi preparada a Adenda ao Protocolo celebrado em 1 de Outubro de 2009, (alterações e aditamento), que veio a ser aprovada na Assembleia Municipal em 14/12/2012.

D- O protocolo estabelece prazo para a sua outorga, remetendo para oito dias após a aprovação na Assembleia Municipal.

E- Tem havido marcação de datas entre advogados, para assinatura, que foram entretanto desmarcadas.

Conclusão: Temos acompanhado, através do Advogado do Município as indicações de proximidade de data para o desfecho das negociações. Está sendo executada obra nas instalações, ainda que com ritmo que não era o previsto. A situação ainda poderá tolerar alguma expectativa quanto à vontade de cumprimento do protocolo (adenda)."

A propósito desta questão, os vereadores do PSD, Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram um pedido de esclarecimentos sobre a RPP Solar, que a seguir se transcreve: - 103341

"Recordamos que, em Agosto de 2012, a RPP Solar pediu à Câmara Municipal que prorrogasse, até Janeiro de 2013, o prazo para entrega da garantia bancária no valor de 1,1 milhões de euros.

Mas a Câmara não foi em mais conversas e promessas (até porque com a Câmara não se brinca!) e, na reunião de 20 de Agosto de 2012, fixou o prazo peremptório de 15 de Setembro de 2012 como a última oportunidade para a entrega da referida garantia. Nem mais um dia.

Chegados à reunião de 17 de Setembro, quando se esperava que a Câmara, num assomo de dignidade, pusesse termo ao enredo, a senhora presidente propôs conceder mais um mês: até 15 de Outubro de 2012.

*Agora é que era a sério.
Nem mais um dia, doesse a quem doesse.*

Chegados à reunião de 22 de Outubro de 2012, a senhora presidente anunciou a boa nova de que o promotor afinal não ia apresentar nenhuma garantia bancária mas pagar, de imediato, todos os encargos que a câmara suportou com a aquisição do terreno, bastando, para tal, que a Assembleia Municipal aprovasse uma alteração ao protocolo.

No dia 18 de Dezembro de 2012, a Assembleia Municipal lá aprovou a alteração ao protocolo solicitada, garantindo assim o pagamento imediato.

Ata da reunião de 21 de janeiro de 2013

Handwritten signature

Veio, depois, o esclarecimento, para que não restassem dúvidas, de que, quando se disse "imediato", não significava mesmo imediato-imediato mas até ao final de Dezembro.

Na reunião do passado dia 7 de Janeiro, fomos informados que o pagamento afinal tinha sido adiado para o dia 14 de Janeiro de corrente.

Resumindo: de adiamento em adiamento, acabámos por prorrogar o prazo até Janeiro de 2013 que foi precisamente aquilo que o promotor solicitou em Agosto e que a Câmara recusou.

Mas, pelo menos, não se perdeu tudo: face ao historial, já é uma sorte que o município tivesse sido ressarcido dos encargos suportados pela Câmara com a aquisição do terreno.

Apesar de não nos passar pela cabeça, obviamente, que o pagamento ainda não tenha sido efectuado, gostaríamos, no entanto, para tranquilidade dos munícipes, que a senhora presidente o confirmasse.

Finalmente, gostaríamos ainda de saber se a senhora presidente já está em condições de responder à pergunta que lhe vimos colocando há mais de um ano: Quem redigiu o protocolo?"



A Presidente da Câmara deu conhecimento do seguinte Memorando sobre relatório "Os Municípios e a Qualidade de Vida (2012)":

"1. O estudo agora publicado vem na sequência de estudos anteriormente elaborados — o 1º em 2007 "Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação", elaborado a partir dos dados do Anuário Estatístico 2004 do INE - - e o 2º "Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social ou de Bem-Estar dos Municípios do Continente Português", elaborado a partir dos dados do Anuário Estatístico 2006 do INE.

Os dados utilizados no estudo agora publicado são referentes essencialmente ao ano de 2010, reportando-se alguns ao ano de 2009 (equipamentos educativos, dinamismo económico, mercado de trabalho, rendimento/consumo);

2. Os estudos elaborados em 2007 e 2009 incluíam apenas os 278 concelhos do Continente. O estudo de 2012 incluiu o total dos 308 municípios portugueses;

3. Posição ocupada pelo concelho de Abrantes no ranking:

2007= 122º Lugar (278 municípios) — (43,8%)

2009= 128º Lugar (278 municípios) — (46,0%)

2012= 157º Lugar (308 municípios) — (50,9%)

4. O ranking é elaborado a partir do índice de desenvolvimento económico e social, calculado a partir de um grande número de variáveis agrupadas sob as designações de "condições económicas", "condições sociais" e "condições materiais";



5. No estudo atual foram abandonados alguns indicadores que deixaram de estar disponíveis na base de dados do INE, ou que na altura não estavam disponíveis para todos os concelhos do país ou ainda, que não puderam ser atualizados, a saber:

- Indicadores que deixaram de estar disponíveis na BD do INE: Despesas das Câmaras Municipais na Gestão de águas residuais.
- Indicadores que na altura não estavam disponíveis para todos os municípios: População servida por sistema de abastecimento de água (%), População servida por sistema drenagem de águas residuais (%); População servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (%), Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (%).
- Indicadores que não puderam ser atualizados na BD do INE: Taxa de Emprego (%), Taxa de Analfabetismo (%) e Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória.

6. Dado que o estudo não se encontra ainda disponível para consulta na sua íntegra, será prematuro para já tecer considerações aprofundadas até porque foram introduzidas algumas alterações metodológicas que terão por certo influência na análise a efetuar, nomeadamente, a não utilização de algumas variáveis que consideramos fundamentais, como por exemplo, a taxa de emprego;

7. A Câmara Municipal de Abrantes aguardará a divulgação do estudo na íntegra para proceder à sua análise, solicitando-se eventualmente para esse efeito o apoio da equipa que elaborou o estudo."

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu igualmente conhecimento, do Programa Provisório alusivo ao "Encontro Ibérico do Azeite", a levar a efeito de 22 a 24 de fevereiro de 2013, nas antigas instalações da Rodoviária.

Tomado conhecimento.



Nº 39 - A Presidente da Câmara, apresentou para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 21 de janeiro de 2013, que aprovou o Regulamento do Concurso de Trabalhos Técnico-Científicos e o Regulamento do Concurso de Vídeo "Azeites da Nossa Terra". Estes concursos integram-se também no Encontro Ibérico Azeite e são iniciativas a levar a efeito em colaboração dos alunos do ISA - Instituto Superior de Agronomia.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Handwritten signature and initials

A Presidente da Câmara deu conta que no próximo dia 24 de janeiro, pelas 16.00 horas, no Tecnopolo, terá lugar uma conferência de imprensa de apresentação do programa provisório alusivo ao "Encontro Ibérico do Azeite", na qual estará também presente o Diretor Regional de Agricultura e um representante de cada uma das entidades que participam na organização.

Tomado conhecimento.



Nº 40 – Apresentou para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 16 de janeiro de 2013, que aprovou o pedido de parecer prévio vinculativo, com vista à aquisição de serviços para a realização de espetáculo musical com o projeto "Viver a Música".

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 41 – Apresentou também para aprovação, uma minuta de protocolo, a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., com vista à cedência de um edifício, para instalação do Pólo Regional de Abrantes do Gabinete do Médio e Alto Tejo da ARH do Tejo, entidade integrada da APA, I.P..

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 42 – A Presidente da Câmara, apresentou para aprovação, o pedido de parecer prévio para aquisição de serviços, com vista à realização do espetáculo de dança "A Viagem", com a coreógrafa Filipa Francisca, durante o período de 09 de março a 23 de março de 2013, no Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes. – 89435

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Q1
Cete

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio, para aquisição de serviços, com vista à realização do espetáculo de dança "A Viagem", com a coreógrafa Filipa Francisca.



Nº 43 – Apresentou ainda para aprovação, um pedido da TagusValley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo, a solicitar apoio na execução da Empreitada das Infra Estruturas Urbanas do Tecnopolo do Vale do Tejo – Fase I. – 103971

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o pedido de colaboração solicitado pela TagusValley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Por último, deu conta do falecimento, na passada sexta-feira, do Padre Narciso.

Tomado conhecimento e manifestar um voto de pesar.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão informou que foi publicado no dia 16 de janeiro de 2013 no site do Ministério da Educação e Ciência, a lista de agregação de escolas. No que diz respeito ao concelho de Abrantes, as agregações são as seguintes:

- 1) Escola Secundária Dr. Solano de Abreu e o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida com um total de 2633 alunos;
- 2) Agrupamento Escolar de Tramagal e Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes com um total de 2013 alunos.

Estas novas unidades orgânicas, e segundo o comunicado do Ministério da Educação, basearam-se nos seguintes princípios:

- Reforçar o projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas, através da articulação dos diversos níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário;
- Possibilitar aos alunos a realização de todo o percurso escolar no âmbito de um mesmo projeto educativo, se assim o desejarem;

- Facilitar o trabalho dos professores, que podem assim contar com o apoio de colegas de diversos níveis de ensino;
- Ajudar a superar o isolamento de algumas escolas;
- Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas, dando-lhes o melhor aproveitamento conjunto possível.

Os novos agrupamentos, segundo a mesma fonte, entram em funcionamento logo que sejam nomeadas as novas Comissões Administrativas Provisórias (CAP).

Tomado conhecimento.



A vereadora Celeste Simão apresentou uma informação elaborada pela Divisão de Educação e Ação Social, datada de 21 de janeiro de 2013, a dar conta de como decorreu o Congresso de Mediadores do Programa Romed – Programa de Mediação Intercultural para a Comunidade Roma, que decorreu em Bruxelas nos dias 17 e 18 de janeiro de 2013 e no qual estiveram presentes a mediadora municipal, Tânia Sousa e a técnica superior, Sofia Loureiro.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

Nº 44 – O vereador Manuel Jorge Valamatós, apresentou a informação nº 02/2013 do Serviço de Contabilidade Orçamental e Patrimonial da Divisão Financeira, datada de 15 de janeiro de 2013, acerca do pedido de José Cerqueira, Unipessoal, Lda., para proceder ao pagamento em prestações do valor de 292,64€ (duzentos e noventa e dois euros e sessenta e quatro centimos), relativamente ao averbamento de um novo titular na licença de táxi nº 1 da freguesia de Carvalhal, com estacionamento fixo em São Domingos - 99546

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar o pagamento do valor em causa, em 4 prestações mensais, sendo cada uma, no valor de 73,16€ (setenta e três euros e dezasseis centimos), de acordo com as informações da Divisão Financeira e do Diretor do Departamento de Administração e Finanças.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

Al
C

Nº 45 – O vereador Manuel Jorge Valamatos, apresentou também, uma Proposta referente à readaptação da distribuição de equipamentos da Feira de São Matias 2013, cujo teor abaixo se transcreve:- 102207

"Considerando que:

- Por motivo de entrada em obras de requalificação do espaço onde tem vindo a decorrer a feira de S. Matias, no tecnopolo, houve necessidade de adaptar a instalação dos equipamentos ao novo espaço, tendo as referidas normas sido aprovadas na última reunião do executivo, realizada a 7 do corrente mês;*
- Dos contactos entretanto estabelecidos com o consórcio das empresas que se encontram já no terreno, foi possível encontrar uma outra solução para o espaço, podendo assim a feira decorrer em melhores condições;*

Houve necessidade de readaptar a distribuição dos equipamentos, sendo desta forma possível introduzir mais lugares, mais concretamente três lugares para venda a retalho, um lugar para equipamentos de diversão e três lugares para venda de viaturas e de alfaías agrícolas.

Apresentam-se, assim, novas proposta de planta organizacional do recinto e de normas, que no essencial mantêm a mesma redação, sendo apenas alteradas algumas das taxas, tendo em conta o novo espaço, e respetiva adequação ao efetivamente ocupado, a sua nova localização, e a tabela em vigor."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

À Divisão de Serviços Urbanos para proceder em conformidade.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador Belém Coelho questionou se já existe um levantamento sobre os prejuízos que decorreram do temporal do passado sábado.

A Presidente da Câmara referiu que ainda não existe e que, no que diz respeito à propriedade privada, os prejuízos serão muito difíceis de apurar.



Relativamente à agregação de escolas, mostrou-se reconhecido e satisfeito por a proposta ter ido ao encontro daquilo que tinha vindo a dizer.

Handwritten signature and initials.

O vereador António Belém Coelho, em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos, sobre Geminções: - 105606

"Abrantes está geminada com várias cidades de nacionalidades diversas: Phartenay (França), S. Nicolau (Cabo Verde), Grindavik (Islândia), Hitoyoshi (Japão), para além de outras ainda na fase de intercâmbios culturais: Arnedo (Espanha), Weinstadt (Alemanha), Tipperary (Irlanda) e uma cidade romena.

O princípio é louvável, na medida em que proporciona o intercâmbio entre diferentes culturas, promovendo o entendimento entre povos e civilizações e, consequentemente, ajudando a prevenir conflitos tantas e tantas vezes provenientes da falta de compreensão dos valores, costumes e hábitos do outro, nas suas diferentes dimensões.

Sem esquecer, no entanto, que os processos de geminção não se podem esgotar, como é óbvio, nos passeios culturais de alguns, devendo, antes, servir para proporcionar contactos e contratos comerciais para dinamização e promoção dos produtos e empresas locais das cidades geminadas.

Acontece que o português, em regra, é sábio a invocar bons princípios para prosseguir maus fins.

E a verdade é que muitas das nossas autarquias (não é certamente o caso de Abrantes) têm multiplicado as geminções, sem qualquer benefício para município respectivo, a não ser a de proporcionar, à conta dos contribuintes, férias pagas no estrangeiro aos autarcas, familiares e amigos.

Assim sendo e com vista ao nosso esclarecimento e dos munícipes, os vereadores eleitos pelo PSD vêm requerer que lhe sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

(a) Qual o valor suportado pela Autarquia, no actual mandato, com as diferentes geminções (existentes e previstas), designadamente: viagens, refeições, alojamento, ajudas de custo, subsídios directos e indirectos, quer a autarcas, quer membros de associações de geminção, quer a membros de associações culturais e desportivas convidadas, etc, em deslocação ao estrangeiro, assim como despesas do mesmo tipo e/ou de outro teor suportadas com comitivas oriundas de cidades geminadas ou em perspectiva de o serem (deslocações, refeições, alojamento, apoio directo e indirecto a espectáculos e exposições realizados para o efeito, entre outros).

(b) Qual o valor das contrapartidas existentes em termos económicos, nomeadamente de contratos firmados e respetivos valores entre empresas sitas nas localidades geminadas (Abrantes e outras), que permitam nomeadamente divulgar e comercializar bens e serviços de base local e regional."

Qu
ct

VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo apresentou um requerimento dos vereadores eleitos pelo PSD, para agendamento de propostas do seguinte teor: - 105602

"Os vereadores eleitos pelo PSD vêm requerer o agendamento das suas propostas, tendo em conta que o prazo legal para as mesmas serem incluídas na ordem de trabalhos (primeira reunião, cinco dias após a apresentação da proposta) já, há muito, foi excedido:

(1) EM DEFESA DOS TOIROS (declaração da Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial de Abrantes e apresentação, no Conselho da CIMT, de proposta de teor idêntico para que se declare a Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial do Ribatejo), apresentada em 30 de Julho de 2012;

(2) FEIRAS FRANCAS (alteração do calendário das feiras francas, fixando-se a realização das mesmas num dos primeiros quatro sábados de cada mês), apresentada em 24 de Setembro de 2012;

(3) ESTRADA S. FACUNDO - VALE DAS MÓS (asfaltamento imediato da estrada S. Facundo - Vale das Mós ou, em alternativa, diligenciar pela agregação da freguesia de Vale das Mós à freguesia de Bemposta), apresentada em 7 de Janeiro de 2013."

A Presidente da Câmara remeteu os assuntos aos serviços para verificação, com vista ao agendamento das propostas.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício enviado pela República Democrática de Timor Leste – Ministério da Administração Estatal, datado de 19 novembro de 2012, que, na sequência da aprovação do "Acordo de Cooperação entre os Municípios Timorenses e os Municípios Portugueses", vem a agradecer a disponibilidade desta Câmara Municipal, no acompanhamento da criação do futuro Município de Bobonaro.

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma carta enviada pela a ADACA – Associação de Defesa dos Animais do Concelho de Abrantes, a agradecer à Câmara Municipal todo o apoio que tem prestado àquela Associação.

Tomado conhecimento.

Al
Ch

Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 02/1013 da Junta de Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, datado de 3 de janeiro de 2013, a remeter cópia da Moção referente à "Reforma Local" - (Agregação de Freguesias), aprovada por unanimidade, na reunião da Assembleia de Freguesia, realizada no dia 27 de dezembro de 2012. - 102897

Tomado conhecimento.



Nº 04 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 123/12 (LIJ) da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, datado de 18 de dezembro de 2012, a agradecer a cedência gratuita do autocarro municipal, que possibilitou a deslocação a Lisboa no passado dia 15 de dezembro de 2012, das jovens acolhidas no Lar de Infância e Juventude daquela instituição. - 101579

Tomado conhecimento.



Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes: - 104523

Considerando o disposto no artº 12º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, em conjugação com o disposto na alínea i) nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, proponho que a Câmara nomeie para o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes os seguintes membros e respetiva qualidade:

- *Presidente – Maria do Céu Oliveira Antunes Albuquerque*
- *Vogal – Vereador Rui Miguel Santos Serrano*
- *Vogal – Vereador Manuel Jorge Valamatos dos Reis*

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de janeiro de 2013, que autorizou a cedência da auto escada dos Bombeiros Municipais de Abrantes, à Junta de Freguesia de Concavada, para desbaste de um eucalipto e abate de um pinheiro, que estavam a colocar em risco a segurança das crianças do Jardim de Infância de Concavada. - 103193

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Pl
Q

Nº 07 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido da Comissão Organizadora do I Congresso Internacional do Cavalo e do Touro na História e na Pré-História, a levar a efeito de 15 a 19 de Maio de 2013, na Golegã e na Chamusca, para a cedência de um autocarro municipal, com vista a transportar os Congressistas para efetuarem uma visita a Abrantes, designadamente, uma exposição sobre a temática do encontro com peças do acervo do MIAA, o Castelo, o Centro Histórico e a Coleção Visitável da Cavalaria Portuguesa. - 102970

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência gratuita de um autocarro municipal.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 08 - Para conhecimento, na sequência da Proposta dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, sobre viaturas abandonados, a Presidente da Câmara, remete informação do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, relativamente às diligências promovidas por aquele serviço e pela PSP de Abrantes. - 90366

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 3 de janeiro de 2013, dando conta que empresa MOP - Multimédia Outdoors Portugal Publicidade, SA., em 10 de dezembro de 2012, confirmou o interesse na manutenção dos painéis publicitários instalados nos locais 2, 6, 9 e 10, que ficaram desertos na hasta pública realizada a 4 de abril de 2012, tendo, no entanto, continuado nesse período a fazer uso dos mesmos.

Neste sentido, propõe a aprovação da adjudicação dos locais 2, 6, 9 e 10 (para o período de Abril de 2012 a Março de 2013 – quando termina a adjudicação que resultou da hasta pública, ainda que renovável por mais um ano), pelo valor de 1.100€/local/ano, aplicando-se em tudo o resto as regras que estiveram subjacentes à hasta pública. Em simultâneo, propõe que seja igualmente aprovado, o valor a cobrar à empresa MOP, correspondente ao período em que os painéis agora removidos se mantiveram no local, ou seja de abril a novembro de 2012, correspondendo ao valor total de 2.704€. – 71879

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adjudicação dos locais 2, 6, 9 e 10 referente ao período de Abril de 2012 a Março de 2013, pelo valor de 1.100€/local/ano, aplicando-se em tudo o resto as regras que estiveram subjacentes à hasta pública.

El
Al

Aprovar igualmente, o valor total de 2.704€ a cobrar à empresa MOP, correspondente ao período em que os painéis agora removidos se mantiveram no local, ou seja de abril a novembro de 2012.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 14 de janeiro de 2013, acerca do pedido de Cipriano André de Jesus, a solicitar a dispensa do pagamento da taxa de inumação da sua filha e neto, alegando dificuldades económicas em face dos rendimentos que aufer e das despesas mensais, nomeadamente com a renda da habitação. - 100366

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de taxas no valor de 150,66€ (cento e cinquenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos), nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização e com os fundamentos do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 02 de janeiro de 2013, que remete, para aprovação, o processo respeitante ao concurso público para a cedência de exploração do Quiosque situado no Largo 1º de Maio, em Abrantes constituído por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do referido concurso. - 102518

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o referido processo composto por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do Concurso.

Aos respetivos serviços para procederem ao desenvolvimento do concurso público e à publicitação do edital, conforme sugerido na referida informação.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, as normas do procedimento de locação de infraestruturas destinadas à implantação de unidades de miniprodução solar fotovoltaica para a produção de eletricidade e do correspondente Edital de publicitação. - 104994

El
Ca

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas normas do procedimento de locação de infraestruturas e correspondente edital de publicitação.



Divisão Financeira

Nº 13 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a listagem de processos de despesa realizada em dezembro de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 100192

Tomado conhecimento.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o seu despacho datado de 10 de janeiro de 2013, relativamente à inclusão do saldo de gerência do ano anterior, no cálculo dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso, para o mês de janeiro de 2013. - 103194

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer prévio genérico, que salvguarde as situações previstas nos nºs 1 e 2 do artigo 4º da portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, relativamente ao ano de 2013. - 103959

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio genérico.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, referindo que no âmbito do Finjovem 2010, foi deliberado na reunião de Câmara de 1 de março de 2010, atribuir-se um apoio financeiro no valor de 5.062,50€ à Abrangente – Associação Juvenil, para realização do VI Encontro Municipal de Associações de Juventude, cujo respetivo contrato-programa, foi assinado em 1 de maio de 2010.

Mais informa que, para a realização do encontro, foi concedido e pago um adiantamento de 50% do total do apoio, 2.531,25€. No entanto, os restantes 50% não chegaram a ser pagos, por a entidade não apresentar a certidão da segurança social. Neste sentido, sugere a anulação dos 50% do apoio supra referido, no montante de 2.531,25€. - 103825

Handwritten initials and signature

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a anulação do montante de 2.531,25€, correspondente aos 50% do valor que não foi pago à Abrangente – Associação Juvenil, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de janeiro de 2013, dando conta que o Relatório Final da candidatura do Abrantes Rugby Clube, aprovada no âmbito do FINDESP 2011/2012, foi entregue fora de prazo.

Após pedido de esclarecimentos sobre o assunto, foi informado por parte daquele clube, que o atraso se deveu à alteração dos seus corpos sociais e, que a nova direção desconhecia que estava em falta a entrega do mesmo.

Em face do exposto, solicita autorização para pagamento da 2ª tranche do FINDESP 2011/2012, no montante de 517,50€, ao Abrantes Rugby Clube, cuja despesa se encontra devidamente cabimentada e comprometida. - 103679

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o pagamento da 2ª tranche do FINDESP 2011/2012, no montante de 517,50€, ao Abrantes Rugby Clube, nos termos e com os fundamentos da informação da Divisão Financeira.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo, referente à renovação do contrato de "Prestação de Serviços na área de Seguros (contrato nº 05/2012), por mais um ano, nos termos do contrato, celebrado com Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., agora e após fusão, Fidelidade de Seguros, S.A. - 47730

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, para renovação do contrato de "Prestação de Serviços na área de Seguros (contrato nº 05/2012), por mais um ano.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo, referente à "Aquisição de Serviços para Transporte Urbano no Circuito Histórico da Cidade de Abrantes". - 51861

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, para "Aquisição de Serviços para Transporte Urbano no Circuito Histórico da Cidade de Abrantes".

[Handwritten signature]

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio, referente à aquisição de serviços para a "Impressão de Desdobráveis para Exposições na Galeria Municipal. - 104079

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio, referente à aquisição de serviços para a "Impressão de Desdobráveis para Exposições na Galeria Municipal.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 16 de janeiro de 2013, acerca do pedido de Manuel Carlos Silva Pereira & Filhos, Lda., para proceder ao pagamento em 36 prestações mensais, de uma dívida no valor de 11.017,41€ (onze mil dezassete euros e quarenta e um cêntimos), inerente à remoção e armazenamento de suportes publicitários, invocando dificuldades financeiras. - 60757

Deliberação: Por unanimidade, informar o requerente que deverá efetuar primeiramente o pagamento dos 312,00€ (trezentos e doze euros), a fim de saldar a conta-corrente, assegurando-se assim, que este valor não entrará para execução fiscal.

Deverá debitar-se em 36 prestações o valor restante de 10.705,41 €, conforme solicitado, ou seja 297,37 € p/mês, sendo que a última deverá ser no valor de 297,46 €.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 16 de janeiro de 2013, referindo que foi estimado o montante de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), a despender com consumo de energia Pública para o ano 2013. Quanto ao compromisso, o mesmo será efetuado de acordo com o estipulado no nº 2 do artº 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho e de acordo com indicações do manual da DGO (pág. 10), ou seja, trimestralmente de acordo com os períodos de liquidação. O primeiro trimestre fica assegurado pelos FD existentes para janeiro de 2013.

Neste sentido, remete para aprovação, a autorização da despesa, nos termos da al. b) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. - 102890

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a despesa a despender com consumo de energia Pública para o ano 2013, no montante de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.

Ol
C

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 16 de janeiro de 2013, referindo que foi estimado o montante de 625.000,00€ (seiscentos e vinte e cinco mil euros), a despender com consumo de energia (edifícios) para o ano 2013. Foi, ainda, estimado um valor de 600,00€ (seiscentos euros), para eventual pagamento de juros por atrasos no pagamento. Quanto ao compromisso, o mesmo será efetuado de acordo com o estipulado no nº 2 do artº 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho e de acordo com indicações do manual da DGO (pág. 10), ou seja, mensalmente, para um período deslizando de 3 meses. O primeiro trimestre fica assegurado pelos FD existentes para janeiro de 2013.

Neste sentido, remete para aprovação, a autorização da despesa, nos termos da al. b) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. - 102891

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a despesa a despender com consumo de energia (edifícios) para o ano 2013, no montante de 625.000,00€ (seiscentos e vinte e cinco mil euros), bem como o valor de 600,00€ (seiscentos euros), para eventual pagamento de juros por atrasos no pagamento, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 16 de janeiro de 2013, referindo que foi estimado o montante de 325.000,00€ (trezentos e vinte e cinco mil euros), a despender com consumo de água para o ano 2013 e 100.000,00€ (cem mil euros), para as respetivas tarifas. Quanto ao compromisso, o mesmo será efetuado de acordo com o estipulado no nº 2 do artº 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho e de acordo com indicações do manual da DGO (pág. 10), ou seja, trimestralmente de acordo com os períodos de liquidação. O primeiro trimestre fica assegurado pelos FD existentes para janeiro de 2013.

Neste sentido, remete para aprovação, a autorização da despesa, nos termos da al. b) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. - 102893

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a despesa a despender com consumo de água para o ano 2013, no montante de 325.000,00€ (trezentos e vinte e cinco mil euros), bem como o valor de 100.000,00€ (cem mil euros), para as respetivas tarifas, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 16 de janeiro de 2013, acerca do apoio a atribuir à ADACA, no âmbito do protocolo existente para o Canil/Gatil Intermunicipal, com vista à contratação de um trabalhador pelo prazo de 1 ano, eventualmente, renovável anualmente por mais 2. O valor mensal do contrato ascende a 897,83€, que será repartido pelos 3 municípios (Abrantes, Constância e Sardoal) em partes iguais. No que diz respeito ao Município de Abrantes e para os 3 anos de eventual duração do contrato o montante a comparticipar ascende a 12.600,00€

Pe
OK

(4.200,00€/ano). Procedeu-se à cabimentação da despesa que irá onerar o orçamento para 2013. O compromisso ficará assegurado pelos fundos disponíveis existentes para o mês de janeiro de 2013 e sugere que os pagamentos sejam feitos por tranches trimestrais. Tratando-se de despesa plurianual, mais sugere, que a mesma seja autorizada ao abrigo da Autorização Prévia no âmbito da LCPA, aprovada pela AM para 2013 em sessão de 14 de dezembro de 2012. - 77265

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a referida despesa, ao abrigo da Autorização Prévia no âmbito da LCPA, aprovada pela AM para 2013 em sessão de 14 de dezembro de 2012, nos termos da citada informação da Divisão Financeira.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
103198	Jornal "O Mirante"	Gala "Personalidades do Ano" – O Mirante.	21 de fevereiro de 2013	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	193,64€

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 27 - Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação datada de 16 de janeiro de 2013, acerca do Conselho Municipal de Educação. – 104713

Tomado conhecimento.

Al
O

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 19 de dezembro de 2012, acerca do pedido de prorrogação de prazo para emissão do alvará de licença referente à ampliação de uma moradia, na Rua da Escola, em Abrançalha de Cima, freguesia de São Vicente, Abrantes, requerido por Maria Amélia Batista Damas. – 160/10

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Informar a requerente que a Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido de prorrogação apresentado, por falta de enquadramento e suporte legal, uma vez que já foi esgotada a (única) prorrogação possível desse prazo.

- Declarar a caducidade da licença, nos termos previstos no nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, face ao previsto no nº 2 do mesmo artigo, de acordo com a referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 31 de outubro de 2012, sugerindo que seja declarada a caducidade do processo referente ao licenciamento de operação de loteamento, sito em Chã, Rio de Moinhos, Abrantes, requerido por Luis Filipe Fortes Soares Bento e Outro. – 740/05

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita dos interessados, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade do referido processo, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de junho, de acordo com a referida informação da Divisão de

Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 9 de janeiro de 2013.



Podem os interessados pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 31 de outubro de 2012, acerca do pedido da firma Mendes & Gonçalves, Lda., a solicitar a redução da caução prestada através das garantias bancárias emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, com o nº 2000/061189/993, no valor de 64.588,31€ e nº 2000/045048/893, no valor de 109.735,54€, relativas às obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 2/2002, sito na Tapada José de Jesus, em Abrantes. – 1308/99

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir o pedido de redução de caução apresentado, de acordo com a referida informação da Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 8 de janeiro de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 13 de setembro de 2012, acerca do pedido de alterações ao alvará de loteamento nº 7/83, que visava a Regularização de Rotação na Implantação dos Lotes 24,27 e 30, do loteamento denominado Casal da Preta, requerido por Augusto Lopes Matos e Outra. – 70/82

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita dos interessados, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir o pedido de alterações apresentado, face ao teor desfavorável do parecer da CCDR, que deverá ser transmitido aos requerentes para conhecimento e devidos efeitos, bem como, alertar os promotores da conveniência do seu acompanhamento no processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes (nomeadamente em sede de participação ou participação em sede de discussão pública).

Podem os interessados pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade, assim como, dar conhecimento do teor desta deliberação à equipa interna do SIG/SOT da DOGU, que acompanha o processo de revisão do PUA, de modo a equacionar-se a possibilidade de exclusão das servidões que incidem sobre os lotes desta urbanização.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 9 de janeiro de 2013, na sequência do pedido de Construforte - Sociedade de Construções e Empreitadas, a solicitar a prorrogação do prazo para conclusão das obras de urbanização do loteamento com o alvará 2/2011, sito em Rua José Saramago, Alferrarede, Abrantes, pelo prazo de 9 (nove) meses, ao abrigo do nº 3 do artigo 53º do RJUE. - 777/06

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido apresentado, concedendo-se prorrogação do prazo por mais 9 (nove) meses, de acordo e com os fundamentos da referida informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice- Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de janeiro de 2013, acerca da proposta de compensação em espécie apresentado pela firma "Solar Azul - Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda.", relativamente à operação de loteamento com obras de urbanização, sita na Rua B e gaveto da Rua da Indústria, em tapadão, freguesia de Alferrarede, Abrantes. - 679/06

21
22

Deliberação: Por unanimidade, recusar o pagamento da compensação em espécie, tal como proposta, considerando que os bens a ceder não são adequados aos objetivos de interesse público, optando-se pela forma de compensação em numerário, conforme anteriormente liquidado.

Conceder um prazo limite de 30 (trinta) dias úteis (após a receção da notificação), uma vez que todos os prazos admitidos para tal pelo RJUE, já foram largamente ultrapassados, para que a firma titular do processo, proceda ao levantamento do competente alvará e ao pagamento das taxas e compensações por elas devidas, sob pena de caducidade da licença, com base na alínea b) do Artigo 71º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, de acordo com a referida informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 145/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 17 de dezembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por Altrioflorestal, após análise do referido processo e, tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno, tendo em conta que a área pretendida é superior a 50 Ha. Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89. O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 181,3Ha, sito em "Vale de Horta", freguesia de S. Facundo, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 99660

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 145/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão, a solicitar a retificação da deliberação nº 34 da ata da reunião de 05 de novembro de 2012, quanto ao nome do promotor inicial do loteamento nº 25/86, de acordo com a retificação efetuada na ordem 26, datada de 26 de julho de 2012.

21

Assim, onde consta "em nome de Generosa Serras", deverá constar "em nome de Mendes & Gonçalves, Lda". - 61114

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação nº 34 da ata da reunião de 05 de novembro de 2012, designadamente onde consta "em nome de Generosa Serras", deverá constar "em nome de Mendes & Gonçalves, Lda".



Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, referindo que foi deliberado em 20 de agosto de 2012 (ponto 37), com base numa informação do SIG/SOT da DOGU, a atribuição e alteração de toponímia e nºs de polícia no Bairro genericamente conhecido de São José Operário, Rua de São José Operário e Travessa de São José Operário, de modo a clarificar uma contradição entre a deliberação de Câmara de 29.11.1993 e a deliberação de Câmara de 26.03.2001, passando a designar-se aquele local de "Praceta de São José Operário".

Solicita agora a DOGU a clarificação dessa deliberação, pelo que sugere que a deliberação acima referida seja retificada, passando nela a constar também o seguinte parágrafo: "Com esta deliberação altera-se a denominação no troço da Rua de São José Operário, na parte indicada na fig. 3 da informação técnica do SIG/SOT (que se anexa à presente ata), para Praceta de São João Operário. Mais se delibera que os blocos habitacionais com os números de polícia nº 142,126, 108, passam a estar associados à Travessa de São José Operário com os nºs de polícia 87,97 e 105 respetivamente." - 78055

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação a deliberação nº 37 da reunião de 20 de agosto de 2012, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, passando a constar da mesma o seguinte:

"Com esta deliberação altera-se a denominação no troço da Rua de São José Operário, na parte indicada na fig. 3 da informação técnica do SIG/SOT (que se anexa à presente ata), para Praceta de São João Operário. Mais se delibera que os blocos habitacionais com os números de polícia nº 142,126, 108, passam a estar associados à Travessa de São José Operário com os nºs de polícia 87,97 e 105 respetivamente."

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 37 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas.

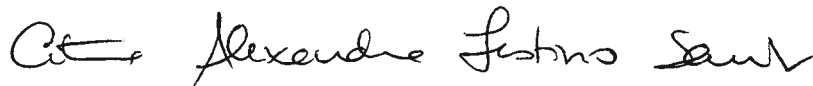
De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO





DE
SOT/SIG

PARA
CHEFE DA DOGU

Nº
-

DATA
11, 06, 2012

ASSUNTO

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO E ALTERAÇÃO DE TOPÓNIMO E NÚMEROS DE POLÍCIA

De acordo com a informação interna n.º 610 de 10.02.2011 e respetiva deliberação favorável (Processo n.º 12371 de 03.11.2010, em anexo), os dois topónimos existentes no Bairro genericamente conhecido de São José Operário, Rua de São José Operário e Travessa de São José Operário, deverão ser retificados de forma a clarificar uma contradição entre a deliberação de Câmara de 29.11.1993 e a deliberação de Câmara de 26.03.2001.

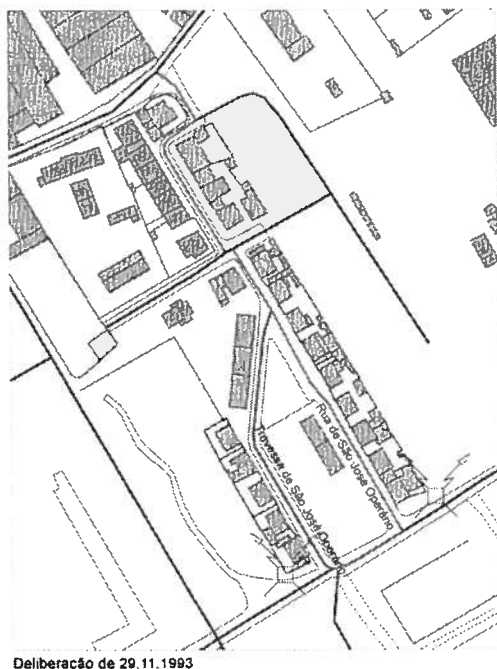


Figura 1

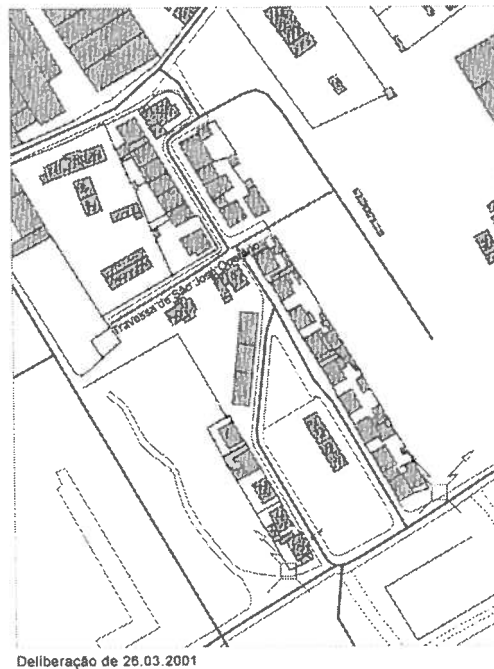


Figura 2

Propôs o serviço, com a concordância do Presidente de Junta de Freguesia do Rossio ao Sul do Tejo, a atribuição de um novo topónimo, Travessa de São José Operário, para que cada topónimo corresponda a apenas um arruamento.

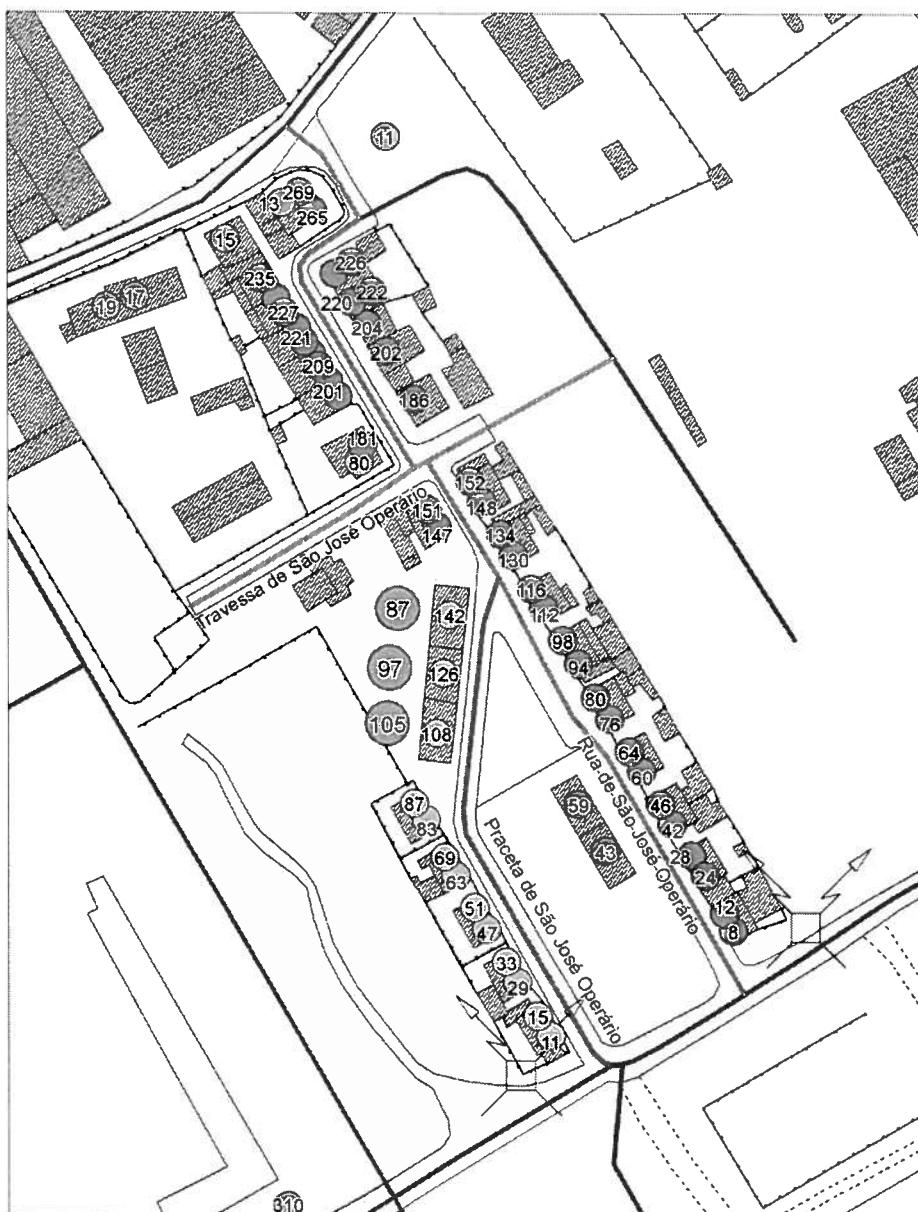
Na informação supracitada foi ainda proposto e aprovado a retificação de três números de polícia que estavam em desconformidade com as normas em vigor.

No entanto, uma deslocação a campo e posterior contacto com o Presidente de Junta de Freguesia permitiu esclarecer que os 3 prédios em banda, cujos números de polícia se sugeriu e aprovou alterar, têm entrada através de um espaço público, confinante com a Travessa de São José Operário (Fig. 2).

Face ao exposto, entendeu o serviço fazer uma retificação à anterior proposta de alteração dos três números de polícia (Processo nº 12371 de 03.11.2010), associando-os à Travessa de São José Operário (Fig. 2), e não à Rua de São José Operário (futura Praceta de São José Operário, de acordo com a proposta).

Sugere-se, no entanto, que se mantenha o número de polícia 105, relativo à anterior certidão, para evitar nova alteração.

Assim, os três prédios em banda com os números de polícia 108, 126 e 142, associados atualmente à Rua de São José Operário que deverá passar a designar-se Praceta de São José Operário, deverão passar a ter os números de polícia 105, 97 e 87, respetivamente, associados à Travessa de São José Operário (Fig. 3).



- Números de polícia propostos (associados à Travessa de São José Operário)
- Topônimo proposto: Praceta de São José Operário

Figura 3

Em síntese sugere-se, de acordo com a figura 3:

1. Aprovação de um novo topônimo, Praceta de São José Operário, clarificando as deliberações anteriores;
2. Alteração de três números de polícia, associando-os à Travessa de São José Operário.

Em caso de deferimento do proposto, sugere-se que todos os moradores dos 3 prédios em causa sejam notificados da alteração quer do número de polícia, quer do topónimo a utilizar, bem como todos os moradores dos prédios confinantes com o arruamento que deverá passar a designar-se por Praceta de São José Operário, após deliberação de Câmara.

PS
C

À Consideração Superior

Clara Pisco

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 21.01.2013

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG16649/2012	10.10.2012	128423595 / 8866	Manuel de Oliveira Filipe / Rua da Roseira Grande, n.º 259 - Pego	Alteração de fachada/beirado - Rua da Roseira Grande, n.º 259 - Pego	Despacho	11.01.2013	Rejeitado Liminarmente
PG18101/2012	06.11.2012	123854199 / 10986	Abílio Rosa Pereira / Praceta do Cana Verde, lote 23-A - 1.º eq - Alferrade	Alteração ao uso para armazém e indústria / Praceta do Cana Verde, lote 23-A - 1.º eq - Alferrade	Despacho	11.01.2013	Indeferido
PG13284/2012	30.07.2012	222885521 / CM1748	Artur Jorge Nunes Oliveira / Rua António Prates Ribeiro n.º 7 - Montargil	Alteração de fachada / Rua José Paulo Fernandes, lote E2 - Fração P - São João	Despacho	10.01.2013	Rejeitado Liminarmente
PG24646/2011	04.11.2011	200607669 / CM1827	Paulo Jorge Romão Varela / Rua Fernando Calhau, n.º 3 - Aroeira - Charneca da Caparica	Alteração ao uso de comércio para habitação / Olival Basto, lote 74 - São Vicente	Despacho	10.01.2013	Rejeitado Liminarmente
PG5082/2012	15.03.2012	501705511 / CM4417	ACLAMA - Assoc. Cultural Amigos Martínchel / Rua Fonte do Ribeiro, n.º 342 - Martínchel	Construção de Edificação / E.N. 358 - Martínchel	Despacho	11.01.2013	Deferida licença
PG16720/2012	11.10.2012	506579344 / CM3123	TAGUSVALLEY - Associação Promoção Desenvolvimento / Tecnopolis do Vale do Tejo - Rua José Dias Simão - Alferrade	Legalização de alterações e alterações em edifício / Rua José Dias Simão - Edifício Inov Linea - Alferrade	Despacho	15.01.2013	Aprovado projeto de arquitetura
PG903/2013	15.01.2013	509676928 / CM1901	Caracoltejo - Produção e Comercialização de Caracóis, Unipessoal, Lda. / Estrada do Gaio, n.º 10 - Alferrade	Alteração ao uso para comércio e indústria / Estrada do Gaio lote n.º 9 - Alferrade Velha - Alferrade	Despacho	16.01.2013	Deferida alteração de utilização
PG12850/2012	23.07.2012	231610998 / 4391	António Manuel dos Santos Lopes / Rua Joaquim Lopes n.º 1 - Concavada	Legalização / Alteração de habitação unifamiliar e muros de vedação / Rua de Trás, n.º 5 - Concavada	Despacho	15.01.2013	Deferida licença
PG15495/2012	18.09.2012	505529149 / CM7558	Espuma de Sabão - Estética e Perfumaria, Lda / Rua N.º Sr.ª da Conceição, n.º 14 - Abrantes	Alteração ao uso para comércio e serviços / Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 14 - Abrantes	Despacho	15.01.2013	Deferida autorização de utilização
PG1447/2012	20.01.2012	179159879 / 15627	Manuel António Galado Acares / Rua do Serrado, n.º 379 - Pego	Alterações em edificação / Rua do Serrado n.º 379 - Pego	Despacho	16.01.2013	Deferida licença

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 17/01/2013

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/01/21

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	04000333	2008/02/18	REALV	09000533	2009/03/24	0225947714 CM00018944	MARISA ISABEL CLARO LOURENÇO RUA DO CAMPO DA BOLA N° 78 SÃO MIGUEL DO RIO TORO	13000023	DES	2013/01/09
2013/01/04 - Proponho superiormente o deferimento do pedido.										
05.01	09000265	2009/06/25	LICOB	09001144	2009/06/25	0112726674 CM00016627	LUIS MANUEL DA COSTA PICO RUA PRINCIPAL PUCARICA	13000009	DES	2013/01/08
07.01.2013: Conceder o prazo solicitado.										
04.01	09000554	2009/11/10	RJE	10000067	2010/01/13	0220625417 CM00017130	SANDRA ISABEL ROSA MASCATE VALENTE E. N° 118 N° 12 CASA BRANCA	13000004	DES	2013/01/03
26.12.2012:Admitido comunicação previa nos termos da informação.										
04.01	10000167	2010/04/26	LICOB	10000687	2010/04/26	0105468878 CM00017990	ANTONIO CARLOS INFANTE DOS SANTOS TEIXEIRA RUA DA ESPERANCA, N.° 15 - 7.° C	13000006	DES	2013/01/04
2013.01.03: Aprovado nos termos da informação do Diretor do DOV.										
05.01	10000203	2010/05/18	LICOB	10000860	2010/05/18	0191036382 CM00018032	JOÃO MANUEL RODRIGUES BOUCA E OUTRO TRAVESSA D. MARIA I, N.° 60 CARVALHAL	13000008	DES	2013/01/08
2012.01.07: Aprovação projetos de alterações.										
04.03	10000542	2010/12/31				0188822402 CM00015572	SERGEIO AUGUSTO DE MATOS RUA SENHORA DO AMPARO, 114	13000007	DES	2013/01/08
2013/01/07 - 1 - Comunicue-se a regição liminar, promovendo-se o indispensável período de audiência prévia; 2- Nada sendo dito, archive-se o processo, com conhecimento ao seu										
06.01	20000061	2008/02/01	RJE	08001006	2008/04/02	0150380682 CM00014289	IRENE MARIA ROSA VAZ AV° 25 ABRIL - 1.° TRANSVERSAL, 1° ESQ.	13000029	DES	2013/01/10
2013/01/07 - Nada a opor. Proponho contudo, que se determine que a extensão do prazo não mais será renovada.										

*** processado por computador ***
*** sistemas info@je ***